

DIVERSIDADE E EQUIDADE NA GOVERNANÇA EDITORIAL DO JORNALISMO: a inclusão como credibilidade

DIVERSITY AND EQUITY IN JOURNALISM'S EDITORIAL GOVERNANCE: inclusion as credibility

DIVERSIDAD Y EQUIDAD EN EL GOBERNANZA EDITORIAL DEL PERIODISMO: inclusión como credibilidad

Fernando Moreira

Mestrando pela Universidade de São Paulo (USP), bolsista CNPQ, Processo 130300/2019-5.

emaildofernandomoreira@gmail.com

 0000-0001-8903-4415

Pedro Henrique Varoni de Carvalho

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Professor e coordenador de curso no Centro Universitário Central Paulista (Unicep), em São Carlos (SP).

pedro.varoni@hotmail.com

 0000-0002-1492-4891

Endereço para correspondência: Centro Universitário Central Paulista (Unicep). Rua Miguel Petroni, 5111 - Jardim Centenário, São Carlos - SP, 13568-250

Recebido: 22.04.2020
Aceito: 30.05.2020
Publicado: 31.08.2020.

RESUMO:

Fazemos um paralelo estrutural entre raízes históricas e ideológicas de colonialismos, a partir das Ciências Sociais, e sua manifestação resultante nos discursos e nos modos de existência, sendo o jornalismo uma dessas formas manifestadas. A partir desse contexto, propomos um novo construto, um *locus* enunciativo mais inclusivo e menos verticalizado, resultando, assim, em diálogos midiáticos com a sociedade, um existir-com, evitando o monologismo estereotipado.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Discurso midiático; Negritude; Colonialismo; Diversidade.

Introdução

Seres sociais que somos, existindo e sendo tributários dessa existência à comutação, estranhamente, ainda não nos parece óbvia nossa visceral dependência mútua. Isso se explicita na tremenda dificuldade em lidar com o dito *diferente*. Não é outra a nascente da intolerância e dos preconceitos de todo tipo. Diana Luz Pessoa de Barros, estudiosa do discurso, sob a análise de matriz francesa da Semiótica, observa que há um conceito cristalizado que move as sociedades, apáticas diante de sua constante irrupção: “Sob essa visão, homossexuais não deveriam ser tolerados por prejudicarem a ‘boa família brasileira’, não se poderia tolerar o negro porque isso impediria um *pretense* branqueamento da nossa sociedade” (BARROS, no prelo).

Essa dificuldade de enxergar o outro, ou, pior, de só o enxergar como *outro* é parte de um contexto estrutural do qual somos uma pequena parcela de sua manifestação. Fato contínuo, nossas representações do mundo são contaminadas por esse pecado *primordial*, o qual vamos delimitar e discorrer sobre, a partir, especialmente, de contribuições do brasileiro Jessé Souza (2020), do peruano Aníbal Quijano (1978) e da indiana Gayatri Chakravorty Spivak ([1985] 2010).

Como em todo processo simbólico, a mídia não escapa a essa conjuntura e assim deve ser analisada. Não se pode tratá-la como um organismo autóctone e discreto, tampouco homogêneo. Fazer isso seria incorrer no mesmo equívoco de não nos enxergarmos como parte da questão a ser discutida, legando ao *outro* as mazelas do mundo. A questão é bem anterior a ela e tem motivações aquém das diferenças ontológicas, tomando-as apenas como um mito retórico fundador para um projeto maior que irá subsumir as instâncias sociais, simbólicas, econômicas e trata, precisamente, de relações de dominação e de segmentação que foram instauradas e carecem ser mantidas de acordo com o pensamento hegemônico enraizado em ideais etnocêntricos. Trata-se de um projeto cultural que foi construído e que todos, consciente ou inconscientemente, tornamo-nos dele coparticipantes.

Para essa manutenção, o discurso é a sustentação a que se recorre. Barthes ([1978] 1989) captou essa esfera, a da mediação com as coisas do mundo de modo a o categorizar, claro, recorrendo a simplificações. “O semiólogo francês considera o fato de que, se por um lado, a língua é assertiva e tem papel de constatação, por outro, ao se utilizar de signos, ela só existe se os mesmos forem reconhecidos, na medida em que se repetem, criando estereótipos” (MOREIRA, 2019, p. 221): “Assim que enuncio [...] sou ao mesmo tempo mestre e escravo” (BARTHES, [1978] 1989, p. 15). Ora, portanto,

há, sem dúvida, a coparticipação, uma espécie de retroalimentação (ideia mesma de construção discursiva, em razão de um enunciado ser a interface que toca enunciadador e seu enunciatário pressuposto). Somos, portanto, parte do problema que iremos atacar nesse estudo, seja por participação ou por omissão.

O mais curioso é ainda não termos tido a capacidade de entender a alteridade como condição *sine qua non* de existência no mundo. Há várias evidências. No que tange às línguas naturais, conceito básico para entender o seu funcionamento é a ideia de *diferença* (SAUSSURE [1916] 2006). Não se parte da noção de nomear algo por suas características intrínsecas, pois seria legar ao objeto a sua existência transcendental. Cada signo da língua será, então, algo que o outro não é. A sua construção conceitual se dá apenas por meio de relações. É como concebemos a linguagem, que dá ordenamento ao mundo.

Em uma analogia zilberberguiana (2004), poderíamos dizer que a *mistura* é eufórica, não apenas a genética, mas a cultural, a ideológica etc. – propriamente a noção de uma igualdade entre diferentes (o que pressupõe um ajustamento tensivo). A *triagem*, por sua vez, seria vista, assim, como semente de extremismos e intolerâncias.

No tocante a esses temas, e este é um ponto significativo para o que iremos fazer a seguir, cabe-nos introduzir na discussão algumas considerações importantes de um pensador de absoluto estofo, a despeito de um julgamento moral ou ético que sempre se levanta sobre a sua vida e a sua obra, desde uma suposta adesão posterior a um regime totalitário devastador. Tomamo-lo, aqui, a partir de um princípio que nos resguarda de qualquer ataque apaixonado. Não poderia ser outro, senão o linguístico-discursivo. A enunciação, assim que instaurada, deixa de ser do domínio do enunciadador, ganha independência; até mesmo antes disso, é coparticipativa, em função de já existir uma intersubjetividade: um enunciatário¹ pressuposto. A obra vale por si, destacada de questões biográficas autorais. Isso colocado, vamos às ideias de Heidegger sobre a alteridade. Valemo-nos do pensador alemão para reiterar nossa tomada de posição desde as primeiras linhas desse artigo:

¹ O uso da expressão *enunciatário pressuposto* poderia soar como um pleonasmo para a Semiótica, mas optamos por manter dessa maneira, como estratégia de reiteração de sentido. Cabe explicar àqueles menos familiares à Semiótica de matriz francesa que a ideia mais geral é a de um "destinatário implícito da enunciação". Contudo, ainda segundo os autores, é importante salientar que o enunciado só pode ser construído a partir de uma concomitância das posições (enunciador e enunciatário). Um texto é sempre direcionado a alguém e escrito para um público-alvo. Um manual técnico de mecânica não foi feito pensando no leitor que não conheça ou se interesse por essa área. É dessa maneira que o enunciatário *constrói* o discurso juntamente com o enunciadador: "o enunciatário não é apenas destinatário da comunicação, mas também sujeito produtor do discurso, por ser a 'leitura' um ato de linguagem (um ato de significar) da mesma maneira que a produção do discurso propriamente dito. O termo 'sujeito da enunciação', empregado frequentemente como sinônimo de enunciadador, cobre de fato as duas posições actanciais de enunciadador e de enunciatário" (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 1983, p. 150).

[...] a pre-sença é em si mesma essencialmente ser-com. [...] O ser-com determina existencialmente a pre-sença mesmo quando um outro não é de fato algo percebido. Mesmo o estar-só da pre-sença é ser-com no mundo. Somente num ser-com e para um ser-com é que o outro pode faltar (HEIDEGGER, [1927] 2005, p. 172).

Heidegger diz, em outra obra, que o “homem se engana nas medidas tanto mais quanto mais exclusivamente toma a si mesmo, enquanto sujeito, como medida para todo o ente”. (HEIDEGGER, [1967] 2008, p. 207-208). Esse processo de subjetivação egocêntrico se manifesta nas instâncias sociais, inclusive na mídia:

Na utilização dos meios de transporte público, no emprego de meios de comunicação e notícias (jornal), cada um é com o outro. Este conviver dissolve inteiramente a própria pré-sença (*Dasein*) no modo de ser dos “outros” e isso de tal maneira que os outros desapareçam ainda mais em sua possibilidade de diferença e expressão. O impessoal (*das Man*) desenvolve sua própria ditadura nessa falta de surpresa e de possibilidade de constatação. Assim, *nos divertimos e nos entretemos como impessoalmente se vê e julga; também nos retiramos das “grandes multidões” como impessoalmente se retira; achamos “revoltante” o que impessoalmente se considera revoltante. O impessoal que não é nada determinado mas que todos são, embora não como soma, prescreve o modo de ser da cotidianidade* (HEIDEGGER, [1927] 2005, p. 179, grifos nossos).

Jessé Souza (2020) observa esse *apagamento do sujeito* como a principal arma invisível do projeto neocolonialista, especialmente focando no que ele chama de *imperialismo informal* norte-americano (p. 59). A gramática neocolonial teria se desenvolvido, primeiramente, com Walter Lippmann ([1922] 2015), que considerava as massas cognitivamente inferiores, necessitando de uma elite *esclarecida* para guiá-las. Foi assim que ele, ao aconselhar Woodrow Wilson, conseguiu o que o governo americano tanto almejava: tornar um povo pacífico em desejoso de participação na Primeira Guerra Mundial. Contudo, quem bem se inspirou em Lippmann, elevando exponencialmente os valores que justificassem as valências com foco em resultados efetivos, foi Edward Bernays ([1923] 2015; [1947] 1969), que construiu uma estrutura de dominação invisível: a *fabricação, ou engenharia, do consenso*. Homem da propaganda e, posteriormente, funcionário do governo americano, Bernays se utilizou de *insights*, como a “Estratégia da Abordagem Indireta”, de Liddel Hart ([1929; 1941; 1954] 1967), para, assim como fez Lippmann, convencer cidadãos a apoiar causas que, em princípio, não os beneficiavam, mas, sim, a elites. São formas simbólicas de dominação em que predomina a concessão. O famoso *apesar de x..., y*. São tão sutis e engenhosas que os

dominados sequer entendem estarem batalhando, muitas vezes, contra si próprios. Diversos autores irão desenvolver ideias a esse respeito. Entre eles, podemos destacar Lind (1989), em sua defesa das *guerras de quarta geração*; Mann (1992) e sua *Teoria do Caos e o Pensamento Estratégico*; Korybko (2018) sobre as *guerras híbridas*. Em comum, há o ideal do *soft power*, o *poder suave*, a *diplomacia da inteligência*, a ideia do *fazer-fazer* semiótico. Instar o povo a agir de uma maneira que se espera, mesmo que, em alguns casos, criando factoides, como, por exemplo, a noção estadunidense de que a América Latina é frágil e precisa ser *guiada pelas mãos*, fazendo dela seu quintal. Nesse sentido, especialmente após a Segunda Guerra, expande-se e difunde-se o modelo bem-sucedido neoliberal produtivo americano. Os países do *Sul Global* e não apenas eles, até mesmo potências menores, passam a ter de importar esse modelo fabril de eficiência e, assim, tornam-se ainda mais fortemente dependentes dos EUA, ao estarem sujeitos a sua tecnologia, seu modo de produção e de vida a partir, especialmente, da *Teoria da Modernização* (PARSONS et al., 1965).

Instaura-se um sentimento de dominação por medo, pelo reconhecimento de inferioridade que foi forçado sobre nações. Isso ocorre em vários níveis, tanto em universos macrorreferenciais, quanto em instâncias subjetivas. O projeto é o de uma dominação pelo afeto, pelas paixões, em última instância e, como dissemos, envolve a sociedade como um todo, não nos cabendo a dissolução conjuntural, se pretendemos compreender nossas questões mais domésticas.

Para entender como foi sendo montado esse projeto neocolonial, precisamos dar passos atrás e buscar sua raiz. Jessé Souza nos ajuda nisso. Ele o faz desvelando sintaxes filosóficas e morais que foram sendo modalizadas e potencializadas, tendo o *outro* como vítima e, ao mesmo tempo, peça importante na propulsão dessa grande abstração da contingência de liberdades individuais. O mais curioso é que ela se utiliza desse lema. Ao se tornar escrava (o) do capital, a mulher, ou o homem, sob essa égide, tornam-se livres e autodeterminados. Contudo, é a elite a principal beneficiária de tal mensagem.

Jessé aponta como questão nuclear de toda essa discussão o racismo, não o que ele chama de *racismo racial* (2020, p. 18), provavelmente a forma mais tônica de manifestação, mas do *racismo primordial*, que dá origem a ela e a outras, como a segmentação e a inferiorização do que foge a um estereótipo hegemônico. Partindo de uma diferença ontológica primeira entre as pessoas, a religião teria potencializado, segundo o autor, as alteridades de maneira disfórica. O pecado, assim, é aquele da

carne. A pureza é da ordem do espírito. A partir do Iluminismo, com o protagonismo da ciência, esta herda daquela tais cristalizações. A hegemonia se mantém etnocêntrica. O homem culto é elevado, da ordem da abstração do pensamento, da inteligência, da prerrogativa de criação de modos de existência a serem seguidos. E, sim, nesse caso, ainda é o homem, não a mulher. O homem e, agora, sim, a mulher, também, menos instruídos estão ligados ao trabalho pesado, à força física, ao corpo (carne) figurativizados na pele, especialmente a negra, herdeira da tradição escravocrata. Note que os atores e os papéis temáticos pouco variam, as relações simbólicas mudam apenas epidermicamente para reiterar antigos hábitos. Assim, a música hegemônica é a erudita, primeiramente, passando, ao longo de tempo para outras variações. A popular é sancionada socialmente como de menor qualidade. Com essa modalização constante, que permanece, hoje há, ainda, o preconceito contra o *hip hop*, o *funk*, o sertanejo, o *brega*. Em outros âmbitos: a visão hegemônica despreza religiões ou conhecimentos contemplativos de matriz africana, indígena ou árabes etc. A ciência hegemônica se interessa mais pelos ditos *altos* estudos, pelas *belas artes* e muito menos pelas culturas populares e orais.

Gayatri Chakravorty Spivak ([1985] 2010) notou que o homem branco, com sua visão de dominância etnocêntrica, mesmo quando deseja estudar o diferente, insere-o em um contexto a partir de seu ponto de vista privilegiado. Assim, cria o estatuto de um sujeito diferente epistemicamente do hegemônico, o *outro sujeito*, que não é reconhecido por esse próprio sujeito que é descrito. A pesquisadora indiana mergulha em um denso questionamento sobre a possibilidade de o sujeito *subalterno* ([1985] 2010) ter sua própria voz, ao invés de permanecer sendo aquele *outro*, que careceria de alguém para falar por ele. Essa desconsideração de práticas, conhecimentos e mesmo de identidades em face à alteridade foi chamada de *epistemicídio* por Boaventura de Sousa Santos (1996), termo depois discutido por outras pesquisadoras, como Sueli Carneiro (2005) e Djamila Ribeiro (2017).

A axiologia da *antinarratividade*

Em Semiótica, temos no nível narrativo a instância da ação em um enunciado. Diante do que acabamos de descrever, podemos constatar que há, reiteradamente, o prenúncio de uma narratividade que se repete, mudando-se, apenas, os actantes² e as

² Greimas e Courtés definem em seu *Dicionário de Semiótica* ([1979] 1983, p. 12) que o termo *actante* (criado pelo linguista Lucien Tesnière) é usado para designar aquele que “realiza ou sofre o ato”. A opção pelo termo tem um critério

situações. São enunciados disjuntivos (GREIMAS, [1983] 2014, p. 40). Os sujeitos permanecem em falta, incompletos, não conseguem a conjunção com seu *objeto-valor*³. Com isso, não há uma curva narrativa, não há *acontecimento* (ZILBERBERG, [2006] 2011), *fratura* (GREIMAS, [1987] 2017) ou *acidente* (LANDOWSKI, [2006] 2014)⁴. É quase um momento de atonia extenso. No nível discursivo, esses actantes serão figurativizados e tematizados como meninos periféricos que entraram para o mundo do crime; meninas do subúrbio que tiveram de escolher entre os estudos e o trabalho como babás em casas de família, onde serão vítimas de assédio e estupro; os pobres ou negros que terão de roubar para sobreviver; os homossexuais que serão sempre retratados de maneira caricata: os masculinos, afeminados e / ou engraçadinhos (bobos da corte), ou, ainda, que se vestem ou sonham em ser mulher; as femininas, em geral, vestindo-se como homem, masculinizadas. Como dissemos, anteriormente, a redução aponta para os (eternos) estereótipos; os deficientes, vistos como incapazes, mesmo tendo apenas um avanço no aprendizado motor e cognitivo diferente.

O destinador, geralmente, é um manipulador por provocação. Provoca-se o sujeito, a partir da insinuação de que ele não é capaz de ascender intelectualmente, no trabalho, no convívio social. Esse sujeito vai sendo modalizado disforicamente e vai engendrando um incômodo, um *não pertencimento àquele mundo*, até que se chegue à cólera (GREIMAS, [1983] 2014)⁵. Há uma judicção prévia, contaminada por *saberes e*

metodológico: o de fazer a distinção em relação a *ator*, que pressupõe investimentos discursivos mais adensados. O *actante*, anteriormente ao *ator* ou *personagem*, deve ser entendido no âmbito do nível narrativo no *Percurso Gerativo de Sentido* que, por sua vez, é o método de desvelamento de estruturas ou camadas de sentidos, desde o mais abstrato (nível fundamental), ao mais concreto (nível discursivo). O *actante* é, assim, "a unidade sintática, de caráter propriamente formal, anteriormente a qualquer investimento semântico e / ou ideológico". Os autores dizem, ainda, que o conceito "substitui com vantagem, mormente a semiótica literária, o termo personagem, e também "*dramatis persona*" (V. Propp), visto que cobre não só seres humanos, mas, também, animais, objetos e conceitos. Além disso, o termo personagem é ambíguo pelo fato de corresponder, também, em parte, ao conceito de ator (em que se pode realizar um sincretismo de actantes) definido como figura e / ou lugar vazio onde se investem tanto as formas sintáticas como as formas semânticas" (p.13).

³ No nascedouro da Semiótica de raiz francesa há a ideia de junção. O esquema narrativo reiterou o conceito ao instaurar os actantes sujeito (S) e objeto (O) e a pressupor uma transformação de estado (do disjuntivo ao conjuntivo, ou vice-versa) por meio da ação: o (S) vai em busca de (O), ou seja, procura a parte que lhe falta para que se torne pleno (completude pela junção - posse), podendo cumprir seu programa narrativo pela conjunção ou pela disjunção. Apesar desse esquema demasiadamente utilitarista, reiterou-se, posteriormente (cf. Greimas [1983] 2014), que não se tratava do (O) ontológico, em si, mas do valor que é investido nele; por isso, o *objeto-valor* (Ov), podendo ser um animal, uma coisa, um conhecimento etc., desde que trouxesse uma sensação euforizante ao (S). Uma segunda fase da teoria passou a considerar a perspectiva não apenas factitiva e possessiva, *estado de coisas*, mas também aquela ligada aos afetos, *estados de alma*, especialmente a partir do estudo das paixões por Greimas e Fontanille ([1991] 1993). *Enunciados de ser* passaram a ser considerados pelos estudos, não só os de *fazer*. Landowski (2004, p. 62-66, 136-137) defende a ideia de "lógica da união" (logique de l'union), fundada sobre a copresença sensível dos actantes, em lugar da lógica da junção, por considerar que as relações nem sempre pressupõem a transferência de objetos entre sujeitos.

⁴ Compreendemos que os conceitos não exatamente sinônimos e que cada autor faz interpretações peculiares para construção de seus modelos, mas os termos possuem algo nuclear em comum: a noção de *sobrevir*, em detrimento da cotidianidade do *advir*. Tratam do inesperado, da quebra de expectativas ou das improbabilidades que afetam os sujeitos de modo tônico; precisamente, os momentos de ascendência que dão "coloração" aos enunciados.

⁵ Greimas, em "Sobre a cólera" ([1983] 2014, p. 233), capítulo de *Sobre o sentido II*, discorre a respeito desta, que é uma das paixões complexas, ou seja, pressupõem um percurso passional gradativo, sustentado em modalizações afetivas que investem o *sujeito de estado* (o estado passional - *sujeito que sente*). Os pressupostos de tal paixão são: a)

fazeres cristalizados. A potencialização do *racismo primordial* (SOUZA, 2020, p. 18), em alguns casos, realiza-se pela frustração (concessão). Em outros, pela transgressão e, em pouquíssimos, por uma realização eufórica. São reafirmações da *marginalidade* observada por Quijano (1978, p. 38). Segundo o autor, o conceito surge como alusão à localização geográfica, especialmente, após migrações forçadas pela Segunda Guerra e que acabaram criando, com a urbanização das cidades, as periferias. Esses seres à margem, por extensão, não tinham acesso a serviços básicos, muitas vezes, e o termo avançou para designar o sujeito aliado dos processos de participação social.

A manutenção de posições sociais se reveste em uma suposta cultura ou tradição e é reproduzida na TV: os negros atuam em papéis subalternos nas telenovelas. As mulheres não podem mostrar seu corpo, são julgadas se engravidam ainda adolescentes, diferentemente dos meninos (sim, são vistos como meninos e não como homens capazes de procriar). É um complexo sistema de reiterações que desestimula a mobilidade econômica, intelectual e social das classes dominadas. É um *fazer-ser* marginal. No jornalismo, não é diferente. No caso televisivo, podemos nos dar conta de que, nas três maiores TVs brasileiras (em audiência no sinal aberto de transmissão),⁶ e em se considerando apenas os âncoras titulares de telejornais de alcance nacional (papel temático fetichizado pela maioria: o condutor do noticiário), há apenas três mulheres negras. Estamos falando em milhares de funcionários. Entre esses mesmos âncoras, não há nenhum que seja ou se diga abertamente homossexual. Isso nos remete a Fraser (2019) que questiona a redução da equidade a supostos critérios de meritocracia. Apenas uns poucos representantes da diversidade poderiam ascender por “merecimento”. Ou seja, é algo cosmético, dando uma cara de progresso a um velho e empoeirado sistema conservador.

No caso dos entrevistados, também vemos essa repetição hegemônica de estereótipos, sendo o condutor da entrevista o senhor do saber (que dispõe de credibilidade, com quem se firma contrato de fidúcia, figurativizado como o dono do microfone, que o segura e decide quando o entrevistado pode falar... Isso quando não fala em lugar dele). Tal figurativização só foi quebrada com o advento do novo coronavírus, em função de distância de segurança orientada pela Organização Mundial

expectativa, seguida de b) sua quebra, que gera o c) descontentamento, a subsequente vontade de d) vingança e, por fim, e) o estado passional colérico.

⁶ Segundo dados *Kantar Ibope Media*, na grande São Paulo, no período de 30/03/2020 a 05/04/2020, a partir de levantamento de *INSTAR*. Trata-se de programas de maior audiência na Região GSP, todos os dias, das 06h às 05h59 do dia posterior. Universos: 7.499 domicílios e 20.331 indivíduos. Um ponto de audiência corresponde a 1% destes respectivos universos. Cf.: <https://www.kantaribopemedia.com/top-5-gsp-audiencia-de-tv-30-03-2020-05-04-2020/>

da Saúde (OMS). Não fosse isso, a figura hegemônica do repórter continuaria a reinar, impedindo o *subalterno* de falar como lhe convém.

Se é possível perceber referidos signos e relações em um contexto de maior apelo ao visual, em que há maior sanção e alcance sociais, é de se imaginar quão potencialmente mais delicados eles se tornam em instâncias em que não há a exposição, como a dos jornais impressos.

O sujeito jornalístico como enunciador e personagem: uma discussão sobre equidade

“Letra Preta, os negros na imprensa brasileira”, ensaio-reportagem da jornalista Yasmin Santos (2019), publicado na edição de outubro de 2019, da revista *piauí*, é representativo de um movimento contemporâneo de resistência afirmativa apontando para necessidade de o jornalismo brasileiro abrigar maior diversidade de vozes, contemplando os grupos historicamente marginalizados. Yasmin fala de seu lugar de repórter da conceituada revista, mas, principalmente, a partir de sua trajetória de moradora da periferia, que conquistou sua posição enunciativa como jornalista, resultado de uma intensa luta reveladora do *racismo primordial*, manifestado no *racismo racial* (SOUZA, 2020) na sociedade brasileira.

Nascida no bairro da Paciência, na zona Oeste do Rio de Janeiro, Yasmin foi uma das poucas estudantes negras na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde concluiu o curso de jornalismo. Entrou na *piauí* como estagiária e, também, ocupava posição singular como mulher e negra. O tema do ensaio é esse cotidiano de uma publicação reconhecida por pautas progressistas e pela valorização do trabalho jornalístico, mas que carecia de diversidade e representatividade em seu quadro de funcionários.

São treze anos de boas histórias sobre o Brasil contadas majoritariamente por pessoas brancas. E, atualmente, a edição da revista está concentrada nas mãos de homens de meia idade. A proposta de textos diversos e pautas pouco convencionais não era, afinal, tão inovadora (SANTOS, 2019, [on-line]).

O que se verifica em *piauí* é uma tendência histórica que atravessa o jornalismo brasileiro. Yasmin recorre aos dados de uma antiga pesquisa feita pela revista *Imprensa*, publicada em 2001, que ouviu 5.000 pessoas em todo o Brasil e constatou que apenas 1,6% das redações contavam, à época com chefes negros. O tema foi desenvolvido ainda no Trabalho de Conclusão de Curso da jornalista na UFRJ, em que

entrevistou 47 profissionais negros na imprensa brasileira. Yasmin conta também que despertou para a importância da discussão no curso de jornalismo, sobretudo numa disciplina optativa sobre intelectuais de origem africana ministrada por Giovana Xavier, a única professora negra que teve na universidade.

O relato de Yasmin chama atenção para alguns aspectos que gostaríamos de realçar e que dizem respeito à necessidade de o jornalismo brasileiro buscar outros pontos de vista – alternativos às conduções editoriais predominantes dos homens brancos de meia idade. O primeiro é a relação entre lugar de fala e exercício da profissão. O segundo, intimamente relacionado ao primeiro, diz respeito à natureza reflexiva do trabalho de Yasmin, espécie de metareportagem em que ela se coloca, ao mesmo tempo, como sujeito da enunciação e personagem de sua narrativa. Esses dois aspectos ensejam uma reflexão sobre a relação entre a vivência no trabalho jornalístico e a demanda crescente por maior pluralidade de vozes na busca por um jornalismo dialógico e participativo (CARVALHO; BELDA, 2017).

A abordagem de Yasmin é indissociável da discussão sobre *O que é Lugar de Fala* (RIBEIRO, 2017), cujo sentido sugere uma dupla interpretação que tem levado a certo deslocamento retórico e acaba por relativizar a potencialidade de resistência que o assunto traz. Lugar de fala é, assim, associado tanto ao elemento legitimador de quem está autorizado a se manifestar sobre determinado assunto, quanto como interdição daqueles que não podem falar porque não possuem a vivência do tema em questão. Se o primeiro ponto, o da legitimidade associada à vivência, constitui a linha de força da circulação desse enunciado, o segundo é usado, por vezes, como estratégia de esvaziamento da discussão por maior pluralidade e representatividade de vozes na sociedade brasileira, especialmente, no caso em questão, no que se relaciona às configurações predominantes no campo jornalístico. Nessa linha argumentativa, recorre-se ao reforço da ideia de interdição para esvaziar a relação entre lugar de fala e *locus* social.

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém,

falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos [...] Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, p. 83-84 e 86).

A discussão em torno da ideia de lugar de fala retoma algo da parresia socrática, tal como estudada por Foucault ([1983-1984] 2011). “Na dimensão proposta por Foucault na sua interpretação da veridicção ética socrática teríamos algo como eu falo daquilo que vivo, daquilo que sei e submeto as competências e conhecimentos ao constante exame de si”. (CARVALHO, 2018, p. 88). O método socrático consistia, sobretudo, na relação do *logos* com as formas de viver. Quando a vida de quem fala está em conformidade com o discurso, tem-se a veridicção ética socrática. “É preciso submeter a vida a uma pedra de toque para separar exatamente o que é bom do que não é bom no que se faz, no que se vê, no que se é, na maneira de viver” (FOUCAULT, [1983-1984] 2011, p. 127).

É necessário, de um lado, fortalecer o ponto de vista crítico que faz com que o sujeito editor jornalístico branco, hétero se reconheça como tal e não tenha a pretensão de considerar sua condução como universal, o que é algo bem diverso de interdição. *Publishers* e diretores de redação, avalia Yasmin, costumam recorrer a argumentos sobre o contexto social mais amplo para justificar a falta de diversidade nas redações – as universidades formam poucos jornalistas negros. E, também, promovem enquadramentos de cima para baixo que restringem o campo dos profissionais. “Reduzir jornalistas negros ao que eu chamo de setoristas de negritude ou *wikipretos* equivale a silenciá-los”, avalia (SANTOS, 2019 [on-line], grifo nosso).

A abertura de espaço para pluralidade de setores historicamente marginalizados constituiu um dos eixos principais de sobrevivência do próprio jornalismo. Yasmin (2019) cita, em sua reportagem, a publicação estadunidense *Teen Vogue*, destinada ao público adolescente, que, desde 2016, é chefiada por uma editora negra responsável por mudar o projeto editorial da revista, tratando de temas sociais e

políticos. O resultado foi a duplicação na audiência, culminando, hoje, no alcance de 7,9 milhões de pessoas.

Rogério Cristofolletti (2019) identifica uma crise política no jornalismo relacionada à governança editorial em tempos de sociedade conectada, algo nem sempre observado na prática. O autor indica numerosas possibilidades de arranjos para uma governança social do jornalismo, de forma a torná-lo mais aberto, horizontal, plural e convidativo à sociedade, rompendo com o antigo formato em que:

Repórteres, editores e redatores relacionam-se com fontes e colaboradores e decidem o que pode ser reportado, que relevância terá no noticiário e como tais informações serão embaladas e distribuídas. Geralmente, o parâmetro de tomada de decisões desse tipo é bastante reduzido à redação ou às cúpulas diretivas dos veículos (CRISTOFOLETTI, 2019, p. 86).

As novas possibilidades de gestão política do jornalismo se valem de espaços de criação possíveis, utilizando-se das redes sociais. Para isso, gostaríamos de nos valer de outro exemplo. A jornalista Flávia Oliveira, também negra, é comentarista econômica na *Globo News*, colunista de *O Globo*, da Rádio *CBN*, espaços onde divide a bancada com pares representativos daquilo que é predominante na imprensa brasileira: brancos, héteros, de classes média e alta. As novas formas de produção e circulação de informações, contudo, tornam possível a criação de *espaços-outros*, que evitem estereótipos.

Flávia produz com sua filha, também jovem jornalista como Yasmin, o *podcast Angu de Grilo*, uma expressão utilizada pela mãe de Flávia, com o sentido de mistura. A voz que se ouve ali é diversa daquela das atuações da jornalista no *Grupo Globo*, procurando ir além de aspectos econômicos, dados sociais ou discussões sobre o racismo na sociedade brasileira, que a jornalista representa nos fóruns da mídia *mainstream*, ecoando algo do estereótipo apontado por Yasmin em seu relato. O ambiente caseiro e a homenagem aos ancestrais fazem de *Angu de Grilo* um espaço de afirmação de laços comunitários, de empoderamento feminino e racial, por uma simples questão: quem dá as coordenadas editoriais domésticas são a mãe e a filha.

Yasmin conta, em seu ensaio "Letra Preta", que Flávia foi convidada para a banca de seu trabalho de conclusão de curso sobre equidade racial no jornalismo brasileiro:

Em alguns dos seus comentários, Oliveira destacou que até pouco tempo era ela a única colunista negra no Jornal *O Globo*. Por mais que

quisesse escrever sobre sapatos, moda ou qualquer outro assunto que pudesse lhe interessar, ela se sentia cobrada a comentar os constantes casos de racismo que continuavam a estampar as páginas da imprensa. Essa limitação é também um tipo de silenciamento (SANTOS, 2019, [on-line]).

A possibilidade de um *podcast* caseiro torna possível à Flávia falar sobre temas abrangentes a partir de seu ponto de vista, não se limitando às diretrizes editoriais que reforçam os estereótipos e limitam a expressão dos sujeitos negros. O lugar de fala se desloca, aqui, para a representatividade social. Mais do que a importante ocupação de espaços nas bancadas dos telejornais, o que está em jogo é a democratização do poder decisório sobre pautas e encaminhamentos. Esse é um caminho sem volta e se torna imperativo para própria sustentação da credibilidade jornalística. A transparência passa ser um valor simbólico para o jornalismo, evidenciando a contemporaneidade da parresia socrática, um certo alinhamento entre o que se vive e o que se fala. Nesse sentido, é preciso um esforço para que a população negra não seja apenas *personagem* de sujeitos bem intencionados que queiram mudar o atual estado de coisas. É preciso também que se abra um protagonismo no poder decisório para que não só os temas relacionados ao racismo sejam objeto de discussões dos jornalistas negros, mas a própria visão de mundo e vivência de quem veio das periferias sejam incluídas em situação de equidade no debate, seja qual for o tema.

Ampliando a questão, há diversas variantes do *racismo primordial*, como notou Souza (2020), entre eles o preconceito contra homossexuais. Em se tratando de transexuais, podemos dizer que se encaixam, precisamente, na definição de Quijano (1978), de sujeitos à margem. São pessoas tidas como pervertidas, transgressoras, caricatas. Para alguns, trata-se da definição exata de estereótipos, devendo, portanto, contentar-se em desempenharem funções como as de profissionais do sexo. O *outro sujeito*, contudo, quando toma consciência de suas potencialidades para performar um papel temático não estereotipado e, contando com um ambiente que o permita fazê-lo, mostra que o discurso de ódio é insustentável. Foi o que aconteceu na Argentina, onde Diana Zurco tornou-se, aos 40 anos, a primeira transexual a apresentar um telejornal no país. Não se trata de desempenhar um papel humorístico ou de entretenimento, como vemos em programas brasileiros. Estamos falando de assunção de uma posição social que quebra paradigmas e conservadorismos vãos.

Figura 1: Diana Zurco, na *Televisión Pública*, da Argentina



Fonte: https://twitter.com/tv_publica. Acesso em: 18 abr. 2020.

Considerações finais

Mais do que apontar falhas e inconsistências no discurso e no fazer jornalísticos, sob a perspectiva dos estudos da linguagem, os autores, jornalistas com vasta experiência de mercado e pesquisadores de temas ligados a teorias dos textos, propuseram um debate estrutural sistêmico sobre heranças sociais históricas, deixando reflexões sobre a necessidade de uma nova construção da posição dos enunciadores.

O valor da objetividade jornalística, assim como a crença em sua neutralidade, é monológico, enquanto o da multiparcialidade sugere uma pluralidade de perspectivas baseadas na tolerância e empatia, ainda que comprometida com o rigor da informação [...] Dar conta do fluxo polifônico e polissêmico é algo que se pode alcançar considerando, de um lado, a informação como construção conjunta e participativa e, de outro, refinando a percepção dos diferentes interesses e relações que movem os discursos (CARVALHO; BELDA, 2017, p. 240 e 241).

O que se propõe vai ao encontro das reflexões de Latour (2020) a respeito da pandemia da Covid-19 e sobre nossas práticas cotidianas. Para ele, não deveríamos, ao

retomar nossas atividades, voltar a desempenhá-las da mesma maneira de antes, mas buscar uma nova sistemática, mais horizontal, menos predatoriamente hierarquizante. Cabe a todos essa busca.

Assim como Yasmin deixa claro em seu texto e Djamila Ribeiro defende em *O que é lugar de fala* (2017), não se trata de um *prescritivismo*, nem de uma interdição enunciativa, mas de reflexões sobre diversidade efetiva. É necessário que uma nova *episteme* seja erigida e, como não poderia ser de outra maneira, é algo estrutural, não se esgota em uma discussão sobre o papel midiático. Trata-se da necessidade de uma sinergia, que envolva toda a sociedade, podendo ou não partir da mídia. Um esforço comum que não a enxergue como causa, mas uma das manifestações do problema (amplificando-o enormemente, mas, ainda assim, não desempenhando uma performance causal).

Podemos e devemos mudar essa *episteme* e, finalmente, incorporar o *outro* ao *eu*, fazendo nascer o *sujeito próprio* e, nisso, a mídia também pode usar sua capilaridade visando ao bem-estar comum. Assim, instâncias sociais, inclusive as de mediação, como o jornalismo, protagonizariam novas práticas, mais inclusivas e que dariam voz aos *sujeitos diversos* que somos todos.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A estratégia enunciativa nos discursos de ódio que marcam ambientes políticos e sociais na contemporaneidade. [Entrevista concedida a] MOREIRA, Fernando; LOPES, Joyce. In: **Cadernos de Campo**: revista de ciências sociais [on-line]. n 28. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14184>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989 [1978].

BERNAYS, Edward. **Crystallizing public opinion**. Nova York: Ig Publishing, 2015 [1923].

BERNAYS, Edward. **The engineering of consent**. Norman: University of Oklahoma Press, 1969 [1947].

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. Lugar de fala e ética de si: política e discursos em rede. **Cadernos Discursivos** [on-line], Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.74-91,

2018. Disponível em:
<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/Art_5_Esp_2018.pdf> Acesso em: 17 abr. 2020.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; BELDA, Fransciso Rolsfen. Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade: uma abordagem discursiva sobre o jornalismo. **Culturas Midiáticas** [on-line], n. 10 v. 1 (2017). Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/35045>> Acesso em: 18 abr. 2020.

CRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?**. São Paulo: Estação das Letras, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011 [1983-1984].

FRASER, Nancy. **The old is dying and the new cannot be born**. Nova York: Verso, 2019.

GREIMAS, A. J. **Da imperfeição**. Trad. Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017 [1987].

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II: ensaios semióticos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. 1 ed. São Paulo: Nankin : Edusp, 2014 [1983].

GREIMAS, Algirdas Julien.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 1983 [1979].

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das Paixões**. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993 [1991].

HART, B.H. Liddell. **Strategy**, Second Revised Edition. New York, NY: Fredrick A. Praeger Publishers, 1967.

HEIDEGGER, Martin. **Marcas do caminho**. Trad. Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, 2008 [1967].

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo** (V.I). Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes, 2005 [1927].

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014 [2006].

- LANDOWSKI, Eric. 2004: **Passions sans nom**. Essais de socio-sémiotique III, Paris, PUF.
- LATOURE, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. **Bruno Latour** [on-line], Paris, 29 mar. 2020. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2020.
- LIND, William *et al.* The changing face of war: into the fourth generation. In: **Marine Corps Gazette**. October, 1989, p. 22-26.
- LIPPMANN, Walter. **The Public Opinion**. Jersey City: Start Publishing, 2015 [1922].
- MANN, Steven R. Chaos Theory and Strategic Thought. **Internet Archive** [on-line] Disponível em: < https://archive.org/stream/1992Mann/1992+mann_djvu.txt > Acesso em: 07 abr. 2020.
- MOREIRA, Fernando. A placenta clariciana: o it vivo e seu instante-já-aleluia. **Estudos Semióticos**, [on-line]. Dossiê temático "Discursos políticos na contemporaneidade: desafios teóricos e analíticos". Volume 15, n. 1. Editores convidados: Oriana N. Fulaneti e Alexandre Marcelo Bueno. São Paulo, agosto de 2019, p. 212– 235. Disponível em: [<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.156151>] Acesso em: 05 mar. 2020.
- PARSONS, Talcott *et al.* **Toward a general theory of action**. New York: Harper Torchbooks, 1965.
- QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SANTOS, Yasmin. Letra Preta, os negros na imprensa brasileira. **piauí** [on-line]. out. 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/letra-preta/>> Acesso em: 20 abr. 2020.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. de A. Chelini; J. P. Paes e I. Blikstein. 27ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Cours de linguistique générale. Charles Bally e Albert Sechehaye (orgs.), com a colaboração de Albert Riedlinger, [1916].
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Campinas: Cortez, 1996.
- SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

ZILBERBERG, Claude. As condições semióticas da mestiçagem. Trad. Luiz Tatit e Ivã Carlos Lopes. In: Cañizal, Eduardo Peñuela; Caetano, Kati Eliana (orgs.). **O olhar à deriva: mídia, significação e cultura**. São Paulo: Annablume, 2004, pp. 69-101.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva**. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011 [2006].

ABSTRACT:

We draw a structural parallel between historical and ideological roots of colonialism, based on the Social Sciences, and their resulting manifestation in discourses and modes of existence, with the journalism being one of those manifested forms. From this context, we propose a new construct, a more inclusive and less verticalized enunciative *locus*, thus resulting in media dialogues with society, an existing-with, avoiding stereotyped monologism.

KEYWORDS: Inclusion; Media discourse; Blackness; Colonialism; Diversity.

RESUMEN:

Trazamos un paralelismo estructural entre las raíces históricas e ideológicas del colonialismo, basadas en las Ciencias Sociales, y su manifestación resultante en discursos y modos de existencia, siendo el periodismo una de esas formas manifestadas. Desde este contexto, proponemos una nueva construcción, un *locus* enunciativo más inclusivo y menos verticalizado, lo que da como resultado diálogos mediáticos con la sociedad, una existir-con, evitando el monologismo estereotipado.

PALABRAS CLAVE: Inclusión; Discurso mediático; Negritud; Colonialismo; Diversidad.